

PESQUISA SOCIAL: BUROCRATIZAÇÃO E AUTOCRÍTICA

Sebastião Vila Nova

CRISE, CRÍTICA E AUTOCRÍTICA

A Sociologia, já se disse, é a ciência da crise. A proposição de Freyer, contudo, é passível de mais de uma interpretação. A Sociologia, em primeiro lugar, é a ciência da crise porque nasce da crise social, da necessidade de compreensão da lógica oculta sob a desorganização social, da ousadia científica de pretender captar a ordem escondida sob a aparência do caos, de vez que o trabalho científico não é possível sem a crença na idéia de que — seja permitida a citação algo heterodoxa — “confusão é uma palavra que inventamos para designar uma ordem que não é compreendida”.¹ E não é por acaso que a Sociologia emerge da crise de transição da sociedade aristocrático-estamental para a sociedade burguesa de classes, com a Revolução Industrial e a conseqüente intensificação do processo de urbanização, com o surgimento dos grandes aglomerados metropolitanos na Europa da passagem do século XVIII para o século XIX. Neste primeiro sentido, talvez o mais óbvio, a Sociologia não é senão produto da crise social.

O segundo sentido possível da sentença de Freyer está em que a Sociologia é concebida não apenas como simples instrumento de explicação teórica dos problemas sociais, mas, igualmente, de sua resolução, na medida em que possibilitem informações mais adequadas à eficiência da intervenção na sociedade. E não é outra a concepção subjacente à idéia comtiana de uma Sociatria como resultado desejável da Sociologia a nível da prática social e, por conseguinte, justificativa moral do conhecimento científico da sociedade. Não é outra, igualmente a suposição na qual se apóiam as idéias de engenharia social e, atualmente, planejamento social. Neste segundo sentido, a Sociologia é vista sobretudo como subsídio à resolução da crise social.

* Capítulo do livro inédito *Ciência Social: Humanismo ou Técnica?*

O terceiro significado possível da proposição está na idéia de que a Sociologia pode, mais do que apenas explicar as crises ou contribuir para a sua resolução, ajudar a acirrá-las. E este é o significado subjacente a toda manifestação de resistência à Sociologia, tais como as que partem da sua identificação com socialismo e dos sociólogos com agitadores sociais. Com razão observou Howard Becker que "a boa Sociologia é freqüentemente radical", embora tenha tido a cautela de, a tempo, acrescentar que "uma Sociologia que não é boa, entretanto, não pode ser radical em qualquer sentido mais amplo".²

O quarto significado possível da proposição está no que a experiência sociológica pode representar — como, analogamente, a experiência com a Psicanálise — como possível fator de crise existencial, na medida em que relativiza e desmitifica valores sociais tidos, a nível do senso comum, como universais, indiscutíveis e sagrados, como bem notou Peter Berger.³ De acordo com esta concepção, a Sociologia, se levada às últimas conseqüências por quem a pratica, representaria necessariamente um risco pessoal, porquanto obrigaria o sociólogo a enfrentar o paradoxo inevitável de ter que encarar com isenção os valores da sua própria cultura, muitos dos quais imprescindíveis ao funcionamento normal da sua personalidade, ao mesmo tempo em que sabe que, segundo constata a própria ciência do comportamento, não lhe é possível manter um nível mínimo de conforto mental sem a adesão sincera a algum valor socialmente dado.

Como quer que seja, todos os que se dedicam, com o mínimo de paixão necessária ao bom desempenho de qualquer atividade, à Sociologia e à Ciência Social em geral estão condenados à inevitável, permanente e incômoda atitude de crítica e desconfiança em relação ao estabelecido, ao normal, ao correto, em decorrência do próprio exercício intelectual da área de conhecimento que escolheram. Para os que a exercem com correção, mas sem a paixão denotadora da verdadeira vocação, essa atitude não passa de puro dever de ofício; para os espíritos existencialmente identificados com o exercício da investigação e da imaginação sociológicas — aqueles que, segundo a compreensão de Charles Wright Mills, "não separam seu trabalho de suas vidas" —,⁴ a mesma predisposição representa, antes de mais nada, uma incoercível compulsão, assumida, no entanto, com todos os seus riscos, desafios e desvantagens: enfim, um privilégio — insuspeito para os que não o possuem — e, ao mesmo tempo, um grave encargo do qual não há como se livrar.

E se essa atitude de crítica sociológica nada poupa na experiência cotidiana de quem chegou a desenvolvê-la, muito menos exime a prática da própria Sociologia, da pesquisa científica dos fenômenos sociais, do seu questionamento, pois, tomando o conhecimento como produto social e, portanto, a própria ciência, a Sociologia, notadamente através da Sociologia do Conhecimento, termina por incluir a si mesma no campo da sua investigação e da sua crítica. Entende-se, desse modo, a existência de uma expressiva literatura de crítica sociológica da Ciência Social enquanto prática e teoria. Dentre os sociólogos que se ocuparam da crítica à prática da Ciência Social,⁵ destacam-se Sorokin,⁶ Wright Mills,⁷ Gouldner,⁸ Goldmann⁹ e Andreski.¹⁰

Em que medida temos sido capazes de assimilar e incorporar ao nosso trabalho a lição que tais críticas representam? Em que medida não continuamos a

repetir, por comodismo, os equívocos já apontados, com propriedade, por aqueles críticos? Nossa opinião é que, se em muitas áreas a Ciência Social no Brasil já há muito atingiu um padrão de qualidade reconhecidamente alto, em outras, no entanto, tem passado ao largo do balanço crítico que ela própria já conseguiu fazer de si mesma, pois, como já observamos em outra parte:

"Apesar da promessa de transformação do saber científico em objeto de investigação e crítica da própria ciência, acenada pelo tipo de consciência social que as ciências do comportamento representam, especialmente através da Sociologia do Conhecimento, não se pode afirmar que os cientistas, mesmo os cientistas sociais, tenham enfrentado e indagado esse espelho com a freqüência que, se não por dever de ofício, ao menos por coerência lógica, era de se esperar desse tipo de intelectual".¹¹

O que, afinal, não é de espantar, de vez que

"como o espelho do conto infantil, o espelho da crítica da ciência às atitudes e ao comportamento de quem a produz nem sempre reserva a lisonja a quem o consulta".¹²

Desse modo, o propósito deste artigo é retomar alguns aspectos da crítica à prática da pesquisa social, a nosso ver relacionados com algumas distorções dessa atividade no Brasil, particularmente no que diz respeito à sua burocratização.

PESQUISA SOCIAL E BUROCRACIA

A burocracia, como enfatizou Max Weber, constitui conseqüência da necessidade de racionalização sempre que, com a elevação do nível de complexidade das relações sociais e a intensificação da divisão do trabalho, aumenta o número de tarefas administrativas.¹³ Objetivando a garantia de níveis satisfatórios de eficiência e qualidade na realização de bens e serviços, a burocracia é não apenas necessária, mas, desejável, desde que, de fato, concorra para que esse objetivo seja alcançado. Como nota Weber, "precisão, velocidade, clareza, conhecimento dos arquivos, continuidade, discricção, unidade, subordinação rigorosa, redução do atrito e dos custos de material e pessoal — são levados ao ponto ótimo na administração rigorosamente burocrática".¹⁴ Quando, porém, torna-se um fim e um valor em si mesma, não sendo mais do que ritualização de atividades, a burocracia é, obviamente, perniciosa. Essa parece uma distinção necessária pelo fato de que, universalmente, tão freqüente tem sido esse tipo de distorção — da qual Franz Kafka foi, no domínio da literatura de ficção, provavelmente o mais obcecado e agudo crítico — da burocracia transformada em um fim em si mesma que a palavra passou a significar, de modo generalizado, precisamente o seu oposto, a saber, ritualismo e rotina irracionais. Há, contudo, que distinguir entre boa e má burocracia, não sendo esta última senão contrafação da primeira.

Como geradora de um tipo de informação altamente prezada em uma civilização utilitarista, que tem na ciência uma das marcas mais representativas do seu ethos, a pesquisa científica não poderia fugir à burocratização — quer no sentido original, quer no sentido distorcido. Acontece, no entanto, que a pesquisa

científica e, portanto, a pesquisa social pertencem não apenas ao domínio das atividades intelectuais, mas constituem um tipo especial de atividade do intelecto, na qual imaginação e criatividade, ao contrário das atividades intelectuais de rotina, desempenham papel relevante. Dessa maneira, se a burocracia pode concorrer para a elevação dos níveis de eficiência e qualidade das atividades intelectuais de rotina — como as estritamente administrativas —, não parece que favoreçam a melhor realização das atividades intelectuais que requerem uma participação da imaginação e da criatividade. Se a pesquisa científica requer, como um tipo especial de atividade intelectual, um elevado senso de disciplina, tal disciplina, contudo, não corresponde ao tipo de disciplina própria da atividade estritamente burocrática. Quem quer que se dedique à pesquisa científica sabe muito bem o quanto é aplicável a essa atividade a fórmula atribuída ao poeta Mallarmé, segundo a qual uma obra de arte é feita com 90% de transpiração e apenas 10% de inspiração. Em outras palavras, imaginação e criatividade são importantes em qualquer campo de atividade intelectual, mas dependem, em grande medida, do estímulo insubstituível do trabalho contínuo e sistemático. Temos razão para acreditar que, ao contrário da concepção romântica do artista e do seu processo de criação, mesmo a criação no domínio da arte requer um concurso bem maior da razão como orientadora da sensibilidade do que vulgarmente se supõe. Mesmo assim, a burocratização da atividade intelectual do tipo representado pela pesquisa científica parece antes levar à inibição daquela imaginação que esse trabalho requer.

Na medida, porém, em que a pesquisa social ganhou credibilidade fora dos círculos acadêmicos e conquistou espaço no mercado, teve que abandonar o estilo artesanal de trabalho intelectual tão bem representado pelos grandes clássicos evocados com nostalgia por Wright Mills — ele próprio um defensor do retorno a esse estilo de trabalho intelectual em Ciência Social — para se deixar encampar pelo *ethos* burocrático.

Dentre todos os críticos da Sociologia, Wright Mills permanece, sem dúvida, o mais iconoclasta desmistificador das tendências dominantes na teoria sociológica e na prática da pesquisa social no ambiente acadêmico em que viveu. Enquanto Sorokin limitou-se ao problema da inconsistência dos fundamentos metodológicos da pesquisa nas ciências do comportamento, Wright Mills tentou alcançar as raízes profundas das tendências dominantes na prática da Ciência Social na sua época. Para o autor de *A imaginação sociológica*, duas eram as grandes tendências na prática da Sociologia nos Estados Unidos de sua época: o *empirismo abstrato* e a *grande teoria* (ou grandiosa, em tradução oportuna mais fiel). O empirismo abstrato é representado pelas pesquisas de aspectos particulares da realidade social, desvinculadas de qualquer interpretação teórica, nas quais as trivialidades técnicas e os recursos estatísticos são levados a níveis de requinte bizantino. A grande teoria é representada pelas elaborações explicativas estritamente dedutivas e tão gerais que não há como utilizá-las na pesquisa empírica.¹⁵ Ademais, constata Wright Mills que “a burocratização do estudo social é uma tendência bastante geral; talvez, com o tempo, surja em qualquer sociedade na qual as rotinas burocráticas se estão tornando predominantes”.¹⁶ Que tipo de pesquisa tende a ser estimulado pela burocratização da prática da Ciência Social?

Precisamente o empirismo abstrato, segundo o qual "o sociólogo é encarado essencialmente como um ajudante de ordens de um computador IBM".¹⁷ Burocratização da pesquisa social, empirismo abstrato e culto cego da Estatística — a *quantofrenia* de que fala Sorokin —¹⁸ tendem, compreensivelmente, a desenvolver-se conjuntamente. Já nos anos cinqüenta, Sorokin e Wright Mills realizaram a crítica exaustiva da idolatria da Estatística na pesquisa social. No entanto, ela permanece atual e perfeitamente válida para a maioria dos estudos empíricos de fenômenos sociais realizados hoje, em todas as partes do mundo onde seja aceita a Ciência Social nos moldes difundidos a partir dos Estados Unidos. E isto acontece não simplesmente em razão da eficiência dos métodos quantitativos, mas, sobretudo, porque, em decorrência da situação de dependência dos países periféricos em relação às metrópoles econômicas, políticas e culturais do mundo, aceitamos tacitamente que a pesquisa científica somente é digna desse qualificativo se amoldada aos padrões impostos pelos centros acadêmicos do mundo rico e, no caso particular da Ciência Social, dos Estados Unidos.

Parece plenamente válida para a Ciência Social praticada no Brasil a conclusão de Berger de que "a proeminência de técnicas estatísticas na Sociologia contemporânea americana desempenha certas funções rituais facilmente compreensíveis em vista do sistema de poder dentro do qual a maioria dos sociólogos tem de fazer carreira".¹⁹ Mas, como observa o mesmo sociólogo, "a Sociologia consiste em estatísticas, tanto quanto a filologia consiste em conjugar verbos irregulares ou a química consiste em produzir cheiros nauseabundos em tubos de ensaio".²⁰

ESTATÍSTICA E ECONOMICISMO

Há que ressaltar, ainda, o possível papel do economicismo — contrafação da Economia análoga ao sociologismo em relação à Sociologia — no desenvolvimento do culto da Estatística e de suas tecnicidades como critério último da qualidade da pesquisa social em geral. É que a Economia, a mais quantitativa e burocratizada das Ciências Sociais, tem, provavelmente, exercido significativa influência sobre pesquisadores sociais de outras áreas, na medida em que grassa uma certa tendência ingênua a reduzir todo social ao econômico entre os que se ocupam, profissionalmente ou não, das questões sociais. É esse economicismo que tem feito de muito sociólogo nada mais do que simples caudatário da Economia. Três fatores, ao que parece, têm contribuído para o desenvolvimento, entre sociólogos, desse reducionismo economicista empobrecedor da perspectiva sociológica: a) a inegável relevância do econômico no mundo contemporâneo; b) o conseqüente prestígio social atribuído, apesar de todo o desgaste tecnocrático da Economia, aos economistas; e, *last but not the least*, c) a grande difusão, fruto da mística do marxismo, de versões simplistas e vulgarizadas do paradigma materialista-dialético de explicação do social.

Entende-se que, em um país pobre, o sociólogo, principalmente em períodos de crise econômica, como a que atravessamos, não apenas manifeste inte-

resse intelectual pelas estratégias de sobrevivência das categorias sociais de baixa renda (inclusive, para garantir a própria sobrevivência) ou pelo funcionamento do mercado informal, por exemplo, mas tenha mesmo o dever de contribuir para a maior inteligibilidade dos fenômenos econômicos. Afinal, como acentuou Wright Mills, não é por acaso que "todos os cientistas sociais clássicos se preocuparam com as características salientes de sua época".²¹ Mas o que não se entende é que, por força dessa circunstância, o sociólogo venha a perder de vista, como parece estar ocorrendo, aquilo que constitui porventura a sua característica básica como pesquisador do social: a de pretender sempre identificar as relações entre os vários domínios institucionais da sociedade, domínios muitas vezes percebidos, à primeira vista, como independentes entre si, porém, muito mais intimamente interligados do que a visão superficial pode revelar. Max Weber investigou a possível influência da ética do calvinismo sobre o desenvolvimento do capitalismo, enquanto Durkheim foi capaz de identificar relações insuspeitas entre o suicídio e a filiação religiosa, o estado civil, por exemplo. O que não deve o sociólogo é abrir mão da perspectiva não só multistitucional; mas, sobretudo, interinstitucional; que caracteriza a sua ciência, em favor de uma ótica uninstitucional e, notadamente, intra-institucional — a da Economia —, quando já há muito se percebeu que a Ciência Econômica não pode explicar adequadamente os fatos dos quais se ocupa, se não é capaz de dar a ênfase devida ao fato de que o econômico é, antes de mais nada, resultado do comportamento humano e que, portanto, a Ciência Econômica será plenamente uma ciência social na medida em que seja *ciência do comportamento econômico*, e não "ciência" de taxas de crescimento de coisas que parecem ter se desenvolvido por si mesmas ou nascido do nada. O que não se entende é que o sociólogo venha a perder de vista o preceito básico da investigação sociológica, tão bem captado no célebre enunciado de Marcel Mauss, de que "o princípio e o fim da Sociologia é perceber o grupo inteiro e seu comportamento integral",²² ou, como formulou Raymond Aron, "para que a Sociologia permaneça fiel a si mesma é preciso que não deixe de apreender o conjunto", pois, "quando a Sociologia se esgota em pesquisas de detalhes, ela se transforma simplesmente numa técnica de investigação".²³

ADMINISTRADORES, TÉCNICOS E INTELLECTUÁRIOS

A espécie de pesquisa social burocrática filiada ao empirismo abstrato, estimulada pelo Estado na medida em que "serve para tornar a autoridade mais efetiva e mais eficiente, proporcionando informação para uso de planejadores autorizados",²⁴ tende a selecionar certos tipos intelectuais mais adaptáveis às exigências desse tipo de trabalho do que, como assinala Wright Mills, os "professores e pesquisadores mais antiquados",²⁵ formados dentro da tradição artesanal do trabalho intelectual e da pesquisa social. Dois são os tipos básicos de intelectual emergentes no contexto da pesquisa social burocrática, de acordo com a aguda percepção do autor de *A elite do poder*.

Em primeiro lugar, vêm os "administradores intelectuais e os promotores de pesquisa — sobre os quais nada poderei dizer que não seja conhecido, acredito, nos círculos acadêmicos".²⁶ Constituem, segundo a incisiva descrição de Wright Mills, "um tipo novo e estranho de burocratas (. . .), executivos da inteligência, os homens de relações públicas", para os quais "o memorando está substituindo o livro".²⁷

Em segundo lugar, vêm "os recruta mais jovens, melhor classificados como técnicos de pesquisa do que cientistas sociais (. . .), menos inquietos do que metódicos; menos imaginativos do que pacientes; e, acima de tudo, (. . .), dogmáticos — em todos os sentidos históricos e teológicos da palavra".²⁸ E, melancólico, depõe Wright Mills: "raramente vi um desses jovens manifestar uma surpresa intelectual autêntica".²⁹ Esses especialistas — vale continuar a transcrever Wright Mills — "fizeram da pesquisa social uma carreira; chegaram cedo a uma especialização extrema e adquiriram uma indiferença ou desprezo pela filosofia social — o que para eles significa 'escrever livros extraídos de outros livros' ou 'simplesmente especular' ".³⁰ Nada, enfim, pode haver de mais contrário à tradição humanística da Ciência Social do que a produção intelectual de tais "técnicos de pesquisa do empirismo abstrato".³¹

Convergindo com a exata caracterização de Wright Mills, Gilberto Freyre foi quem no Brasil melhor conseguiu perceber os riscos que a burocratização representa para a atividade intelectual e, de modo particular, para a pesquisa científica, ao chamar a atenção para o fato de, com a burocratização da sua atividade, tender o intelectual a transformar-se em *intelectuário* (é dele o neologismo).³² Do *intelectuário*, observa Gilberto Freyre "tender a ser, com a perda de sua independência criadora, menos intelectual (. . .) que tecnocrata, que especialista rígido, que funcionário a serviço de uma grande organização dentro da qual sua grandeza de criador (. . .) diminui, reduz-se, em alguns casos quase desaparece".³³

Indo mais longe, constata Gilberto Freyre, na raiz da burocratização do trabalho intelectual, no caso particular da universidade, "aquela ortodoxia pedagógica impregnada daquele calvinismo, segundo o qual só é válido o trabalho além de regular e rotineiro, penoso; e diante do qual é suspeito de ser apenas desprezivelmente boêmio ou diletante todo trabalho intelectual que implique em prazer para seus participantes; e que se realize à base tanto de espontaneidade de expressão como de disciplina voluntária, na execução de obrigações contraídas, sem o excesso de disciplina ou de rotina abafar, em tais casos, a espontaneidade criadora ou especuladora".³⁴

Indo ao encontro das idéias de Wright Mills na defesa da necessidade de um retorno ao estilo artesanal de pesquisa social, oposto do empirismo abstrato burocratizado, propõe Gilberto Freyre o cultivo de "um tipo de trabalho criador que se desenvolve despreocupado — o mais possível despreocupado — de afãs burocráticos (. . .), por vezes de caráter, repita-se, calvinista, pois representa a negação quase absoluta daquela *gaya scienza* a que tanto deve a cultura em suas formas mais altas".³⁵

Em que medida estamos atentos ao diagnóstico e às advertências tão impressionantemente convergentes e ainda atuais de Wright Mills e Gilberto

Freyre? Em que medida não estamos fazendo mais do que repetir ritualisticamente, em nome de uma suposta objetividade quantitativista, as rotinas do empirismo abstrato impostas, em última instância, pelo mercado? Em que medida evitamos incluir a prática da pesquisa social no campo das nossas críticas e indagações? Em que medida não estamos traindo a tradição crítica da Ciência Social?

PESQUISA SOCIAL, TEORIA E EPISTEMOLOGIA

Um dos mais perniciosos frutos do empirismo abstrato e da pesquisa burocrática é o notório descaso pela teoria, a crença ingênua na idéia de que a Ciência Social é apenas pesquisa empírica, e pesquisa empírica é apenas a que resulta da indefectível aplicação de questionários e do processamento, através de computador, dos dados coletados por meio desse instrumento. Muitos dos que, hoje, se dedicam à pesquisa social parecem ter esquecido (ou jamais ter aprendido) que pesquisa científica só tem sentido, vale dizer, só é científica, na medida em que é orientada pela teoria. É a teoria que, simplificando a percepção dos fatos, possibilita a sua seleção, ordenação, explicação e interpretação. No entanto, parece freqüente que pesquisadores do social encarem o estudo da teoria das suas respectivas ciências como coisa desnecessária, bizantina ou bacharelesca, e que o que importa mesmo é dominar as técnicas de pesquisa — saber elaborar um questionário, fazer tabulações e coisas desse tipo. Outros parecem entender a teoria como um domínio especulativo necessário porém absolutamente desvinculado da pesquisa social. Para esses, a teoria serviria apenas à publicação de livros, às conversas de salão, aos debates em encontros acadêmicos, aos exercícios de todo tipo na sala de aula; pesquisa e teoria seriam igualmente necessárias, mas, paralelas, autônomas.

Acontece que sem teoria a pesquisa cai no tipo de praticalismo burocrático e nada científico já denunciado por Wright Mills. Sem teoria, o pesquisador não passa de simples "ajudante de ordens de um computador", ³⁶ na expressão de Berger. Sem teoria, a pesquisa social não passa, em geral, de puro disfarce estatístico para a percepção do senso comum. E, no entanto, não é assim que, ao que parece, pensa muito pesquisador social, pois, na realidade, o tipo freqüente de pesquisador às voltas com os probleminhas do empirismo abstrato não ambiciona mais do que ser, exatamente, um "ajudante de ordens de um computador", ou, quando muito, um conhecedor das technicalidades transmitidas pelos manuais de pesquisa social. Para esses espíritos, a pesquisa, ao que tudo faz crer, importa mais do que o seu objetivo: a produção de conhecimento. São os fiéis dessa versão espúria da pesquisa científica que é a pesquisa pela pesquisa. De acordo com o indutivismo ingênuo e mal elaborado desse tipo de pesquisador, temos a impressão de que o simples contato com os fatos brutos, consolidado pelo seu registro estatístico, vale mais do que a capacidade racional de relacioná-los entre si.

Não que se exija de todo pesquisador o talento para o exercício da teoria, nem, muito menos, para a criação teórica. Mas não há como entender pesqui-

sador social desinteressado pelo legado teórico da sua ciência, desinformado a respeito das questões teóricas fundamentais do seu campo de investigação específico.

Perpassando a curiosa incapacidade de compreensão da importância da teoria na pesquisa e a idolatria da pesquisa pela pesquisa, a lamentável indigência epistemológica, a completa incapacidade de desconfiança e de crítica das idéias e dos métodos preestabelecidos — mesmo os da ciência —, incapacidade da qual, no final, resulta a tendência à adesão dogmática e deslumbrada a qualquer explicação teórica, a qualquer método que tenha o rótulo da ciência.

Não se espera que o pesquisador social médio seja um erudito em questões de Filosofia. As suas obrigações intelectuais no que se refere à atualização contínua no seu próprio campo e as suas atividades de rotina já são suficientemente absorventes para que ele possa se dar a esse luxo. Pouquíssimos são hoje os espíritos capazes de cultivar o mesmo interesse por muitas áreas do conhecimento, ao modo de Max Weber. Por outro lado, não há como fazer ciência e, particularmente, pesquisa social dignas do nome confinando-se o pesquisador ao conhecimento restrito do que se passa no domínio intelectual da sua especialidade. Como bem notou Peter Berger, "uma estreiteza de interesse constitui sempre sinal de perigo para a atividade sociológica, sinal de perigo que, infelizmente, cremos que se aplica a um número bastante grande de estudos sociológicos nos Estados Unidos atualmente".³⁷ E o que não dizer, a esse respeito, da pesquisa social no Brasil?

Se não se deve exigir que todo pesquisador social tenha a mesma sensibilidade e compreensão dos problemas de Lógica e Epistemologia de um Bertrand Russell ou um Karl Popper, não há, contudo, como subestimar a importância do estudo da Filosofia — ao menos da Lógica e da Epistemologia — na formação de quem pretenda dedicar-se à pesquisa em qualquer domínio da ciência.

Quanto à desinformação a respeito das questões filosóficas que, direta ou indiretamente, estejam relacionadas com o saber científico, vale notar que a responsabilidade por esta situação não cabe simplesmente ao jovem pesquisador social ou de outra qualquer área de investigação, mas, sobretudo, ao próprio sistema de ensino brasileiro, pois, a partir de 1971, o ensino da Filosofia, deixando de ser legalmente obrigatório nos cursos de 2o. grau, veio a desaparecer quase por completo daqueles cursos, no Brasil.

O que o pesquisador social não tem, contudo, o direito de ignorar é que *fazer pesquisa é produzir conhecimento* — um tipo de conhecimento fundamentado na observação sistemática dos fatos — e que não se pode produzir conhecimento confiável simplesmente com o domínio de técnicas de coleta e tratamento estatístico de dados empíricos, pois a confiabilidade do conhecimento depende, em última instância, da crítica epistemológica. Para o pesquisador social, não há, portanto, como fugir da Filosofia. Sem Filosofia, sem Epistemologia, a ciência transforma-se precisamente naquilo que ela procura negar: em visão dogmática do mundo.

Será esse o tipo de pesquisa social que, conscientemente, desejamos realizar? Será este o tipo de pesquisador social que, sinceramente, pretendemos ser? Será este o caminho mais recomendável à Ciência Social a fim de que ela se cons-

titua efetivamente em instrumento de aperfeiçoamento, e não só explicação, do convívio humano? Será este o caminho mais apropriado à vocação humanística e civilizadora da Ciência Social?

Ciência Social e Humanismo

Como sabemos, a Ciência Social nasceu, com a ascensão política da burguesia, entre os séculos XVIII e XIX, o que, muito freqüentemente, tem sido motivo para a atribuição de um conteúdo conservador, supostamente inevitável, a essa ciência.³⁸ Se, por um lado é inegável o peso da ideologia burguesa na Economia clássica e na Sociologia de um Spencer, por exemplo, não há, por outro lado, por que subestimar o significado humanístico original da Ciência Social enquanto expressão dos ideais igualitários da democracia liberal. Não se nega que o princípio da igualdade legal dos cidadãos, proclamado pela burguesia emergente com a Revolução Industrial no século XVIII, tenha servido de legitimação de outras formas de desigualdade que não a legalmente sancionada na sociedade aristocrático-estamental do *Ancien Regime*. Ao proclamar a igualdade legal dos cidadãos, a burguesia estava antes afirmando o seu direito a uma maior participação na partilha social da honraria e, principalmente, do poder, como garantia, inclusive, da consolidação de uma posição já vantajosa no plano da partilha social da riqueza. Importa, no entanto, realçar que, apesar dos interesses ocultos sob o princípio da igualdade legal dos cidadãos, da ideologia burguesa, a emergência da Ciência Social não pode ser adequadamente compreendida senão em um contexto histórico-cultural — o da passagem da forma de organização social aristocrático-estamental fechada para a forma burguesa, aberta e de classes — marcado pela preocupação com a justiça e a equidade social. Herdeira da ética do Racionalismo iluminista, a Ciência Social nasce marcada pela concepção de uma ciência útil ao aperfeiçoamento moral e, portanto, político e econômico das relações sociais, quer no liberalismo de Spencer, no saudosismo aristocrático de Comte, ou no mito do bom proletário, de Marx.

Se o empirismo abstrato da pesquisa social burocrática e quantitativista nada tem a ver com a tradição humanística de ciência moralmente comprometida da Ciência Social, essa tradição, no entanto, não deve ser confundida com a retórica panfletária e populista de uma "sociologia" economicista e dogmática, fruto, provavelmente, dos sentimentos de culpa pequeno-burgueses de quem a pratica, nem, muito menos, com a confusa embora talvez bem intencionada mistura de filantropia e pesquisa social denominada *pesquisa-ação*. São todas — a versão radical-economicista-panfletária e a pesquisa-ação — contrafações ingênuas (mas nem por isto menos perniciosas) e mal elaboradas da tradição humanística da Ciência Social. Vale, a propósito, repetir as palavras incisivamente conclusivas de Howard Becker:

"A boa Sociologia freqüentemente é radical. Uma Sociologia que não é boa, entretanto, não pode ser radical em qualquer sentido mais amplo. (...) sentimentos morais não determinam a qualidade científica. O inver-

so é, com maior frequência, verdadeiro: a qualidade do trabalho sociológico determina o grau em que ele tem uma força radical".³⁹

Retomar a vocação humanística original da Ciência Social não significa, igualmente, cair, mais por incompetência em matéria de técnica de pesquisa do que por opção consciente, na literatice impressionista que nada tem a ver com a verdadeira pesquisa social. Essa possibilidade de distorção da Ciência Social parece bem menos freqüente do que a do culto da quantificação pela quantificação, pois a dificuldade de expressão verbal, aliada ao desleixo e ao mau gosto literário, é mais comum do que o descaso pelas tecnicidades quantitativas na pesquisa social contemporânea. Mas a literatice impressionista na Ciência Social brasileira não deve, de modo algum, ser confundida com a ensaística brasileira nesse campo.

Ao que parece, a Ciência Social brasileira já não conta com novos ensaios ao modo de um Gilberto Freyre ou Sérgio Buarque de Hollanda, por exemplo. O ensaio é hoje tido pelo comum do cientista social no Brasil como coisa do passado, inferior e superada, "sociologia literária" para sempre substituída pela "sociologia científica". Seu lugar foi tomado pelo relatório de linguagem supostamente asséptica. A preocupação com a expressividade da linguagem foi substituída pelo cuidado com a presumível exatidão denotativa do jargão esotérico e pedante do universo terminológico de cada especialidade. Na realidade, o ensaísmo na Ciência Social brasileira está bem mais próximo da tradição humanística clássica do que o quantitativismo deslumbrado dos técnicos de pesquisa, e por isto mesmo ele é bom e saudável, em que pesem as críticas de mediocridades bem-pensantes a esse estilo de Ciência Social. Mas de onde partem as objeções ao ensaio como forma de expressão em Ciência Social senão dos técnicos em pesquisa burocrático-quantitativista?

O declínio do ensaísmo na Ciência Social brasileira não reflete apenas o desinteresse pela forma literária de apresentação dos resultados da investigação, mas reflete, sobretudo, a emergência de um determinado estilo de pesquisa social, no caso, o do empirismo abstrato cada vez mais voltado para o estudo de situações sociais isoladas do contexto macrossocial no qual elas ocorrem, e é de se crer que a produção compulsória de teses provocada pelos cursos de pós-graduação, dentro da rotina institucionalizada de competição acadêmica, tem contribuído, nos últimos anos, para a difusão desse padrão de pesquisa em Ciência Social, no Brasil. Há razão para se acreditar que a Ciência Social no Brasil ganharia muito mais com o retorno à tradição ensaística, com raízes no estilo de trabalho dos clássicos, do que insistindo em um quantitativismo acanhado e, em geral, inócuo.

A literatice impressionista na Ciência Social brasileira — sem dúvida, bem menos freqüente do que a mediocridade quantitativista — tem, antes, a ver por exemplo, com os chamados "estudos de caso" que se justificam pelo equívoco da distinção entre o que, habitualmente, se tem denominado de dados quantitativos e qualitativos. Ora, não há razão em distinguir quantitativo e qualitativo em pesquisa social, pois, ao fazer uso de informações quantificadas, estamos sempre buscando qualidades — as qualidades ocultas sob a aparência da vida social —, e se assim não for não estaremos fazendo pesquisa social, ao menos em

seu sentido científico. O quantitativo, portanto, justifica-se apenas enquanto meio para alcançar as qualidades do real. Quantidade serve ao pesquisador tão somente enquanto expressão das qualidades que ele busca captar, explicar e interpretar no domínio do qual ele se ocupa. Não há, desse modo, fundamento metodológico para a distinção entre dados quantitativos e qualitativos. A distinção deve ser apenas entre dados quantificados e não-quantificados.

Contrafação da metodologia etnológica tradicional, a literatice impressionista de tais "estudos de caso" é, na realidade, tão perniciosa à pesquisa social quanto o culto da quantificação pela quantificação.

Não basta exigir do pesquisador social que escreva com a clareza e a elegância incompatíveis com o preciosismo pedante do sociologuês ou do economês, pois, afinal, a linguagem de relatório é a única apropriada ao estilo burocrático de pesquisa do empirismo abstrato. A questão não é de estilo literário, porém, de estilo de trabalho, não sendo o primeiro senão reflexo do segundo.

Não se trata de negar incondicionalmente a utilidade dos métodos quantitativos em pesquisa social, porém, de reconhecer os seus limites, de ter consciência crítica dos pressupostos da teoria do conhecimento prevalecente na Ciência Social contemporânea, de não cair no tipo de indutivismo ingênuo e deslumbrado subjacente ao empirismo abstrato da crítica de Wright Mills. Trata-se, antes de mais nada, de recuperar um estilo de trabalho intelectual no qual a Estatística não venha a embotar o *esprit de finesse*, de que nos fala Pascal, sem o qual não é possível Ciência Social.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. MILLER, Henry. *Trópico de Capricórnio*. Tradução de Aydano Arruda. São Paulo, Ibrasa, 1974.
2. BECKER, Howard S. *Uma teoria da ação coletiva*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 160.
3. BERGER, Peter L. *Perspectivas sociológicas; uma visão humanista*. 4. ed. Tradução de Donaldson Garshagen. Petrópolis, Vozes, 1978. capítulo II: "A Sociologia como forma de consciência". p. 35-64.
4. MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. 2. ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. p. 211.
5. O Autor usa um tanto indistintamente os termos Sociologia e Ciência Social, convicto da unidade das ciências da sociedade, em que pesem as divergências entre as várias correntes dentro de todas elas e o elevado grau de autonomia da Ciência Econômica, quer pelo seus métodos, quer pelo fato des-

ta ciência ocupar-se de um único e bem definido campo institucional da sociedade. Mesmo assim, acha digna de atenção a opinião de Wright Mills, para quem "a Antropologia Cultural, em sua tradição clássica e em sua evolução atual, não se parece distinguível, em nenhum aspecto fundamental, do estudo sociológico" (Op. cit., p. 149) e que "não há nem uma diferença de método nem um limite de assunto que realmente distinga a Antropologia da Economia e da Sociologia" (Ibid., p. 150). Considera, no entanto, relevante o fato de que a Economia distingue-se da Sociologia e da Antropologia Cultural por ocupar-se, a primeira, de um único domínio institucional, enquanto a Sociologia e a Antropologia possuem em comum a característica de pretender captar as relações porventura existentes entre os vários domínios institucionais da sociedade: o econômico, o político, o familiar, o educacional, o religioso, o recreacional etc.

- 6 SOROKIN, Pitirim A. *Fads and foibles in modern Sociology and related Sciences*. Chicago, Henry Regnery, 1956.
- 7 MILLS, C. Wright. Op. cit.
- 8 GOULDNER, Alvin W. *The coming crisis of western Sociology*. Londres, Heinemann, 1971. A primeira edição, norte-americana, data de 1970.
- 9 GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia; o que é Sociologia*. 2. ed. Tradução de Lupe Cotrim Garaude e José Arthur Gianotti. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.
- 10 ANDRESKI, Stanislav. *Social Sciences as Sorcery*. Londres, Andre Deutsch, 1972.
- 11 VILA NOVA, Sebastião. Alguns condicionamentos acadêmicos da produção científica. *Ciência e Cultura*. São Paulo, 32 (9): 1177-1180, set. 1980, p. 1177
- 12 Idem.
- 13 Ver WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, s. d., p. 243
- 14 Idem.
- 15 Ver MILLS, C. Wright. Op. cit.
- 16 Ibid., p. 130
- 17 BERGER, Peter L. Op. cit., p. 16-17

- 18 SOROKIN, Pitirim A. Op. cit., especialmente os capítulos 6 – “Quantophrenia” – e 7 – “Quantophrenia – concluded” –, p. 102-130 e 131-173, respectivamente
- 19 BERGER, Peter L. Op. cit., p. 20
- 20 Ibid., p. 21
- 21 MILLS, C. Wright. Op. cit., p. 179
- 22 Apud DUVIGNAUD, Jean (Org.). *A Sociologia: guia alfabético*. Tradução de Ivan Pedro de Martins. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1974, p. 173.
- 23 ARON, Raymond. *Dezoito lições sobre a sociedade industrial*. Tradução de Sérgio Bath. Lisboa e Brasília, Martins Fontes e Universidade de Brasília, 1981, p. 19.
- 24 MILLS, C. Wright. Op. cit., p. 130
- 25 Ibid., p. 116
- 26 Idem
- 27 Idem
- 28 Ibid., p. 117
- 29 Idem
- 30 Idem
- 31 Idem
- 32 Ver FREYRE, Gilberto. *Além do apenas moderno*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973, p. 198-199; e *Um novo tipo de Seminário (Tannebaum) em desenvolvimento na Universidade de Colúmbia: conveniência da introdução da sua sistemática na Universidade Federal de Pernambuco*. Recife, Imprensa Universitária, 1966, passim.
- 33 FREYRE, Gilberto. *Além do apenas moderno*. Op. cit., p. 198
- 34 FREYRE, Gilberto. *Um novo tipo de Seminário*. . . Op. cit., p. 12
- 35 Idem.

- 36 BERGER, Peter L. Op. cit., p. 16-17
- 37 Ibid., p. 64
- 38 A propósito da presença do pensamento conservador na Sociologia, ver BRAMSON, Leon. *O conteúdo político da Sociologia*. Tradução de Luzia Machado Costa. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963, capítulo I: "As funções da Sociologia" p. 24-38.
- 39 BECKER, Howard S. Op. cit., p. 160

BIBLIOGRAFIA

- 1 AVINERI, Shlomo. *Reshut Harabim*. Israel, Sifriat Poalim, 1977 (em hebraico)
- 2 CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- 3 GREGOR, A. James. *The ideology of fascism*, New York, The Free Press, 1969.
- 4 LINZ, J. J. *Some notes toward a comparative study of fascism* In: *Sociological historical perspective*. in: LAQUEUR, Walter. *Fascism: a reader's guide*, Great Britain, Penguin, 1976.
- 5 MEDEIROS, Jarbas. *A ideologia autoritária no Brasil — 1930/1945*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- 6 SELIGER, Martin. *Liberalism and Socialism and the Dependence of the Social and Economic Systems on Political Decision-Making*, In: MENDES, Cândido (org.), *The controls of Technocracy*, Rio de Janeiro, EDUCAM, 1979.
- 7 SOUZA, Francisco Martins de. *O Integralismo*, In: *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro*, Ed. Universidade de Brasília, 1982
- 8 STERNHELL, Zeev. *Fascist Ideology*, In: LAQUEUR, Walter. *Fascism: a reader's guide*, Great Britain, Penguin, 1976.
- 9 TRINDADE, Héglio. *Integralismo — o fascismo na década de 30*, São Paulo, Difel, 1979.
- 10 VADJA, Mihaly. *Fascism as a mass movement*. New York, St Martin's Press, 1976.

